

BA

BAPTISTA ADVOCACIA

TRADIÇÃO ALIADA A CONTEMPORANEIDADE



● JUSTIÇA GRATUITA ●

O que é Justiça Gratuita?

A Justiça Gratuita é um direito assegurado a brasileiros e estrangeiros residentes no país, garantindo o acesso à Justiça sem custos imediatos para quem não tem condições financeiras de arcar com as despesas do processo.

Esse benefício isenta a pessoa física ou jurídica do pagamento de diversas despesas processuais, nos termos do Código de Processo Civil (CPC/2015), tais como:

1. Taxas e custas judiciais;
2. Selos postais;
3. Publicações na imprensa oficial (dispensadas em outros meios);
4. Indenização devida à testemunha empregada, que receberá normalmente seu salário;
5. Exames de DNA e outros considerados essenciais;
6. Honorários de perito, intérprete ou tradutor;
7. Elaboração de memória de cálculo exigida para execução;
8. Depósitos previstos em lei para interposição de recurso ou propositura de ação;
9. Emolumentos de notários e registradores para registros, averbações e outros atos notariais necessários ao processo.

⚖️ **Atenção:** a Justiça Gratuita não afasta a condenação ao pagamento de honorários de sucumbência (valores devidos ao advogado da parte vencedora). O que ocorre, na prática, é que a exigibilidade desses valores fica suspensa enquanto perdurar a situação de insuficiência econômica do beneficiário.

Assim, a Justiça Gratuita funciona como uma ferramenta de inclusão, permitindo que qualquer cidadão tenha acesso ao Judiciário, sem que a falta de recursos financeiros seja um obstáculo.

Checklist para Justiça Gratuita

A Justiça Gratuita pode ser solicitada por qualquer cidadão que não tenha condições de arcar com as custas do processo e honorários advocatícios sem comprometer o próprio sustento ou de sua família. Para obtê-la, é necessário apresentar um requerimento ao juiz (nas esferas federal ou estadual), tanto ao ingressar com uma ação quanto ao responder a um processo. É importante reunir a documentação que comprove a sua situação econômica.

Segue a lista dos documentos que solicitamos para seu pedido de Justiça Gratuita:

- Declaração de Hipossuficiência - **modelo disponível para download em nosso site na “área do cliente”**;
- Cópia integral da Carteira de Trabalho (física ou digita) - **no caso de não possuir Carteira de Trabalho utilize a “declaração de ausência de CTPS”, cujo modelo está disponível em nosso site na “área do cliente”**.
- 03 últimos contracheques;
- 03 últimas declarações de IRPF - **no caso de não declarar imposto de renda utilize a “declaração de isenção IRPF”, cujo modelo está disponível em nosso site na “área do cliente”**.
- Comprovantes de despesas extraordinárias, como exames médicos, laudos médicos, tratamentos, entre outros.
- Comprovante de concessão de benefício previdenciário (caso haja)

Quem deve apresentar os documentos:

- Cada autor da ação deve apresentar individualmente sua documentação para comprovar a necessidade da Justiça Gratuita.
- Se o autor for menor de idade, a comprovação deve ser feita pelos seus responsáveis legais.
- Nos casos em que a guarda estiver atribuída apenas a um dos progenitores, a documentação deve ser apresentada exclusivamente por aquele que detém a guarda.

¹ As faturas de cartão de crédito não são necessariamente obrigatórias, podendo ser requisitadas a depender do entendimento do juízo.

Renda teto e documentos complementares

Muitas pessoas têm dúvidas sobre a chamada “renda teto” para concessão da Justiça Gratuita. É importante destacar que não existe um parâmetro único nacional: cada tribunal ou magistrado pode adotar critérios próprios.

📌 Exemplos de critérios utilizados na prática:

- Tribunal Superior do Trabalho (TST): tese vinculante autoriza a concessão da Justiça Gratuita a quem recebe salário igual ou inferior a 40% do teto do INSS. Em dezembro de 2024, esse valor correspondia a R\$ 3.262,96.
- Defensoria Pública do Distrito Federal: utiliza como critério renda familiar mensal de até 5 salários mínimos para caracterizar hipossuficiência.
- Pessoas jurídicas: também podem pleitear Justiça Gratuita, desde que comprovem a impossibilidade de arcar com as custas do processo sem comprometer sua atividade.

⚖️ Observação importante: cada juiz pode avaliar a situação de forma concreta, analisando renda, despesas e documentos apresentados. Por isso, não há um critério absoluto que garanta ou negue a concessão.

👉 Prática adotada pelo nosso escritório:

Para organizar melhor a apresentação dos pedidos, consideramos como parâmetro a renda de R\$ 3.500,00. Quando a renda ultrapassa esse valor, pedimos documentação complementar para reforçar o pedido, como:

- Extratos bancários (últimos meses);
- Extratos ou faturas de cartão de crédito;
- Comprovantes de despesas mensais (aluguel, luz, água, internet, escola, faculdade etc.).

Essa documentação é importante para demonstrar que, mesmo com renda formalmente acima do limite, a família não tem condições de arcar com os custos sem prejuízo de sua subsistência.

O juiz poderá solicitar documentação complementar conforme seu entendimento.

TUTORIAL - CARTEIRA DE TRABALHO IMPRESSA

São as páginas da CTPS que você deverá tirar cópia/foto e enviar para nossa equipe:

Página de foto: é a página que possui a foto e a impressão digital



Página de qualificação civil



Página de contratos de trabalho para pessoas com carteira assinada: é necessário tirar cópia da página do último contrato assinado e da próxima em branco (para comprovar que não há mais nenhum registro posterior).

Página de contratos de trabalho para quem nunca teve a carteira assinada: é necessário tirar a cópia da primeira página de contrato a ser assinada e a anterior.

TUTORIAL - CARTEIRA DE TRABALHO DIGITAL - SITE

A carteira de trabalho digital poderá ser retirada pelo site infra descrito

- <https://servicos.mte.gov.br/#/loginfailed/redirect=>.

Clique em já tenho cadastro.

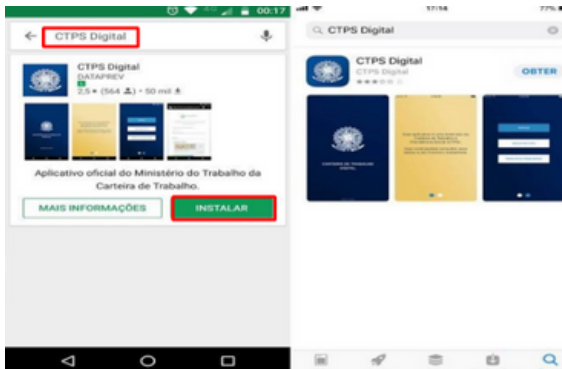
Para ter acesso a carteira o usuário deverá colocar o CPF e a senha (mesma utilizada no site do meu INSS).

Ao entrar no site o usuário deverá rolar a página toda até o final e clicar em imprimir carteira. Será gerado um arquivo em PDF, no qual deverá ser impresso todas as páginas

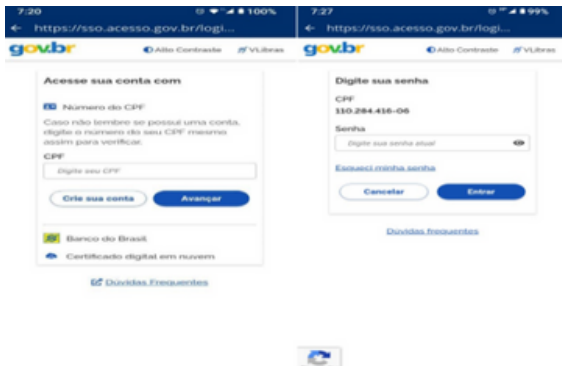
The screenshot displays a web interface for the 'Ministério da Economia'. The main content area is titled 'Cadastro de Dados Pessoais' and includes a profile icon on the left. The form contains several input fields for personal information, including name, date of birth, and contact details. Below these fields is a table with three columns: 'Qualificação', 'Data de Emissão', and 'Data de Validade'. The table is currently empty. At the bottom right of the form, there is a red button labeled 'Imprimir Carteira'.

TUTORIAL - CARTEIRA DE TRABALHO DIGITAL - APP

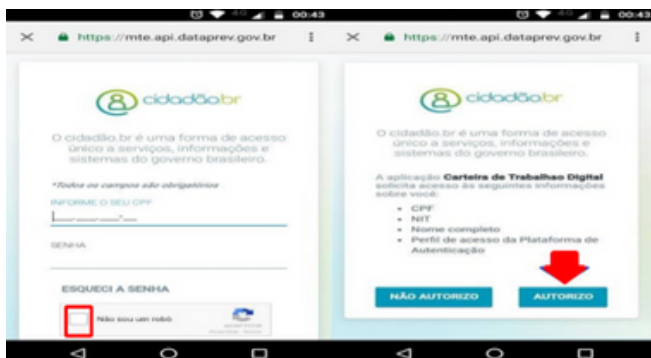
1. Abra a Play Store ou a App Store em seu dispositivo e pesquise por “CTPS Digital”.



2. Baixe e instale o aplicativo. Ao abri-lo, na tela de apresentação, deslize o dedo da direita para a esquerda e toque na opção “Entrar”.
3. Para ter acesso a carteira o usuário deverá colocar o CPF e a senha (mesma utilizada no site do meu INSS).



4. Após o login, uma tela solicitando o acesso às suas informações aparecerá. Toque na opção “Autorizo”.



5. Após o login e autorização, será aberto uma página com as últimas anotações. Clique na opção enviar e marque a opção todas as informações. Após isso, será gerada a sua carteira de trabalho digital que poderá ser compartilhada ou salva em seu aparelho.



Depois de baixado e salvo os arquivos/documentos em PDF ou impressos, sugiro deixar separado em uma pasta junto ao restante da documentação solicitada, organizado por membro da família. Ao fazer desta maneira os documentos estarão todos juntos e facilitará o processo de entrega